



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

69º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Brasília - DF

Às 09h20 do dia 02 de dezembro de 2016, na cidade de Brasília, Distrito Federal, o Desembargador Mário Devienne Ferraz, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, abriu o 69º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e passou a palavra ao Desembargador Romeu Gonzaga Neiva, Presidente do TRE do Distrito Federal que proferiu palavras de acolhimento a todos os presentes. Em seguida, o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do TSE, pronunciou-se, comentando as mudanças da Justiça Eleitoral no decorrer dos anos, na formação da democracia. Discorreu sobre a necessidade de aprimoramento da gestão administrativa, em vista das contingências orçamentárias; falou sobre o projeto Biometria e sobre a unificação da identificação civil: ICN – Identificação Civil Nacional, uniformização do cadastro e correção dos registros; falou sobre as alterações da reforma eleitoral de 2015, mencionando o workshop realizado pelo TSE, com o intuito de avaliar os impactos que as mudanças promoveram na Justiça Eleitoral. Registrou ainda a questão do rezoneamento eleitoral, com a otimização de custos. Convidou os presentes para o lançamento dos 20 anos da urna eletrônica. Fez um breve balanço das Eleições 2016, ressaltando os bons resultados. Comentou sobre a oportunidade de acompanhamento da eleição nos EUA. Após, o Desembargador Mário Devienne Ferraz convidou os presentes para a foto oficial com o Ministro Gilmar Mendes e na sequência, convidou a Assessora-Chefe do Gabinete da Presidência do TSE, Dra. Liana Pedroso Dias



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Dourado de Carvalho, que falou sobre o resultado do workshop das Eleições de 2016. Após, foi convidado a proferir sua palestra o Diretor-Geral do TSE, Dr. Maurício Caldas de Melo, que passou a falar sobre o andamento dos pleitos da última reunião do Colégio de Presidentes (Carta de Curitiba), especialmente sobre o ICN, sobre a comunicação entre TSE e CNJ e instituição de grupo de estudo sobre a aplicabilidade das Resoluções do CNJ, diante das peculiaridades da Justiça Eleitoral; sobre a terceirização no atendimento biométrico; interação do PJE com outros sistemas, relatando o estudo para solucionar a interação com o I-Pleno; aprimoramento do sistema ELO ou substituição por um sistema mais moderno; que há previsão para março de 2017 a conclusão de manual de gestão documental. Discorreu sobre a necessidade de adaptação da Justiça Eleitoral frente às contingências orçamentárias. Ainda com a palavra, o Diretor-Geral do TSE apresentou a Avaliação das Eleições, parabenizando a todos, ressaltando que as Eleições de 2016 foram muito tranquilas, resultado de um aprimoramento dos trabalhos. Discorreu sobre a questão da impressão do voto – procedimentos, tecnologia e custos; sobre o voto em trânsito; integração do CAND e do PJE; discorreu sobre novos projetos referentes a mesários, cadernos de votação, coleta biométrica na votação etc, e que muitas novidades serão implantadas gradativamente nas eleições suplementares de 2017. Discorreu por fim sobre sistemas corporativos da Justiça Eleitoral, inserindo os TRE's em seu desenvolvimento. O Des. Edvaldo Pereira de Moura (TRE/PI) aproveitou a oportunidade e se manifestou sobre a Justiça Eleitoral e suas deficiências, mormente diante da situação atual do país. O Des. Devienne também comentou, insistindo na importância das EJEs e a formação das crianças para a sociedade do futuro. Seguiu-se pequeno intervalo para coffee-break, retornando com a Diretora-Geral do TRE/SP, Dra. Jade Almeida Prometti, que discorreu sobre o tema redistribuição de servidores e dificuldades advindas da remoção por permuta, ante o vínculo que permanece com o



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

órgão de origem, inclusive para deferimento de afastamentos do servidor, propondo aos Regionais a aplicação do instituto da redistribuição, conforme Resolução TSE 23.430/2014. O Presidente do TRE/SP propôs aos Regionais que procedam o levantamento dos servidores removidos em cada TRE a fim de que se efetive a redistribuição nos casos possíveis e também que seja verificada a possibilidade de retorno de servidores cedidos para ocupar funções ou cargos em comissão. O TRE/AP afirmou que possui 10% de seus servidores lotados em outros Regionais, ratificando a necessidade de enfrentamento dessa situação pelos Tribunais. O TRE/SC manifestou concordância, relatando as dificuldades de seu Estado. O TRE/ES ressaltou que já fizeram esse levantamento. O TRE/MG afirmou haver consenso na medida de apuração dos dados e, onde a lei autorizar, deverá haver a redistribuição, sugerindo seja firmado um termo de ajustamento entre os Tribunais. O Diretor-Geral do TSE se manifestou, afirmando ser possível propor uma regulamentação. Houve amplo debate entre todos os Presidentes sobre o tema, sendo aprovada, à unanimidade, a proposta do TRE/SP. Seguiu-se a palestra do Secretário de Orçamento e Finanças do TSE, Dr. Eduardo Bechara, sobre o tema orçamento, considerando a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, apresentando planejamento estratégico com vistas a seu cumprimento. O TRE/SP e TRE/PR propuseram que a administração da folha de pagamento do Ministério Público Eleitoral seja repassada ao Ministério Público Federal ou Estadual, conforme o Estado. O TRE/AP comentou a dificuldade de controle dos afastamentos do Promotor Eleitoral, sendo pertinente o encaminhamento da verba ao Ministério Público Federal para gestão do pagamento. O TRE/RJ manifestou receio nessa transferência de responsabilidade, sugerindo que essa discussão fique para outra oportunidade. Resolveu-se aguardar os estudos que estão sendo realizados no TSE. O TRE/RJ sugeriu que nos trabalhos do TSE, principalmente nas avaliações das eleições, tenha a participação



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

dos Diretores-Gerais, chefes de cartórios e servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais, em virtude da experiência desses servidores na realização das eleições. O TRE/SC corroborou a proposta. Manifestou-se o Diretor-Geral do TSE, afirmando que o TSE ouviu os servidores, dispondo de questionário para as Zonas responderem, os quais foram considerados para a avaliação das eleições, além de ter havido reunião com os Diretores-Gerais. Relatou que em 31/12 serão extintos cerca de 80 grupos de trabalhos do TSE, compostos com a participação dos Regionais, sendo recriados os grupos ainda com atividades pertinentes; que o TSE é só um facilitador, atento sempre às informações fornecidas pelos Regionais. O TRE/RJ reafirmou que hoje tem havido carência de representatividade dos Tribunais e um distanciamento com o TSE. O TRE/PR se manifestou no sentido de que nada obsta se realize um evento, seja presencial, seja por teleconferência, a fim de se estabelecer maior troca de experiências entre os Regionais, para convergir os interesses de todos, em prol da Justiça Eleitoral, sugerindo que se firme o necessário diálogo. Às 12h55 houve a suspensão dos trabalhos para almoço, reiniciando às 15h00. O TRE/RN pediu a palavra para manifestar enorme satisfação na participação do evento. Seguiu-se a apresentação da Dra. Simone Holanda Batalha, Secretária Judiciária do TSE, acerca do processo judicial eletrônico, informando o cronograma de implantação nos Regionais. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se a palavra ao TRE/ES, que pediu especial atenção para o fato de estar em tramitação Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de desvinculação dos subsídios dos magistrados dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e, afirmando a gravidade da situação, rogou a cada colega que intervenha junto aos parlamentares de seu Estado, a fim de obstar a aprovação da referida emenda constitucional. Manifestou-se o TRE/SP preocupado com essas medidas no Congresso Nacional que visam criminalizar a atuação de Juízes e Promotores, em prejuízo da



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

independência e autonomia dos Poderes da República. A proposta foi aprovada à unanimidade, com encaminhamento da Carta aos diversos órgãos do país: TSE, OAB, MPF, Congresso Nacional etc. A apresentação seguinte foi do Diretor-Geral do TRE/PB, Dr. André Soares Cavalcanti, sobre o tema requisição de servidores e contratação de terceirizados. Passou-se a palavra à Secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Dra. Adaíres Aguiar Lima, que complementou o tema. O TRE/SP esclareceu que a requisição do TSE exige seja servidor para fazer o atendimento ao eleitor, e que foi solicitado modificação para atendente. Propôs a reiteração dos estudos pelo TSE para alterar a Resolução que impede fazer as contratações necessárias à biometria. Manifestou-se o Diretor-Geral do TSE a respeito, apoiando a alteração. Houve ampla discussão do tema pelos presentes. Foi dada a palavra ao Juiz Assessor da Presidência do TRE/SP, Dr. Marco Martins Vargas, que discorreu sobre penas alternativas e o Projeto Começar de Novo, com a destinação de vagas a egressos do sistema penitenciário, propondo conjugar o programa de reinserção social com a implementação de força de trabalho nos Cartórios Eleitorais, na execução de serviços compatíveis. O TRE/SP se pôs à disposição para compartilhar sua experiência e o Convênio que firmaram a respeito. Seguiu-se a apresentação pelo Presidente do TRE/SC, Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, acerca do Projeto Qualifica – Mandato de Excelência: qualificação dos gestores, boas práticas, buscando parceria com as Prefeituras Municipais. Foi aprovada a proposta de encaminhamento do projeto à Escola Nacional da Magistratura para análise e aprimoramento, e implantação em nível nacional. O TRE/SP reiterou pedido do TSE de priorização das atividades desenvolvidas pelas escolas judiciárias no desenvolvimento da cidadania. O TRE/BA relatou que respondeu pesquisa do TSE quanto à carga horária, sabendo que a maioria dos Regionais têm expediente de 6 horas. A Secretária de Gestão de Pessoas do TSE respondeu, dizendo que estão estudando esse assunto, mas não



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

chegaram à conclusão ainda. Disse que esse tema está sendo tratado na comissão de estudo do TSE e CNJ. O Diretor-Geral do TSE também se manifestou, dizendo que a matéria é complexa, pois em cima do horário de expediente ainda incide hora extraordinária, de modo que está em estudo. O TRE/BA sugeriu que os Regionais seguissem o horário do TSE, a fim de padronizar. Houve diversas manifestações sobre o expediente de 6 ou 7 horas e suas implicações. Foi colocada em votação o encaminhamento de proposta para o TSE para uniformizar o expediente na Justiça Eleitoral. A maioria entendeu por rejeitar a proposta de encaminhamento. Ao final dos trabalhos o Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen leu a CARTA DE BRASÍLIA, que foi discutida e aprovada por unanimidade, conclamando os presentes a assinarem. O Des. Mario Devienne prestou homenagem ao Des. Romeu Gonzaga Neiva do Distrito Federal, o qual, por sua vez, presenteou o Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Colégio dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Des. Devienne agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. A presente ATA foi elaborada por mim, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Secretário do 69ª COPTREL, que mandei digitar, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada pelos membros do corpo diretivo do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Distrito Federal, Brasília, 02 de dezembro de 2016.

Desembargador MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais
Eleitorais e

Presidente do TRE-SP



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Desembargador ANTÔNIO JAYME BOENTE

Vice-Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais
Regionais Eleitorais e

Presidente do TRE-RJ

Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPE

Secretário do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais
Eleitorais e

Presidente do TRE-PR